



V MOSTRA INSTITUCIONAL DE **EXTENSÃO** UNIVERSITÁRIA

28 A 30 DE JUNHO DE 2021

I CURSO: Psicologia

TÍTULO: O TRABALHO DO PSICÓLOGO
JURÍDICO

ANO: 2021/1



MENSAGEM DO COORDENADOR

“O ensino, a pesquisa e a extensão são pilares fundamentais a formação. E, a extensão pode se materializar através da curricularização da extensão, de acordo com a Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018. Entre seus objetivos está a formação integral de estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social. Neste semestre letivo 2021/1, a disciplina Práticas de Curricularização da Extensão I visa discutir e refletir sobre as diferentes áreas de atuação do psicólogo, sendo que independente do contexto busca-se qualidade de vida e bem-estar de indivíduos, grupos e populações através do rigor ético, científico, teórico e metodológico desta profissão.”



V MOSTRA INSTITUCIONAL DE **EXTENSÃO** UNIVERSITÁRIA

28 A 30 DE JUNHO DE 2021

AUTORES

BRITO, Alana Cristina

GALLI, Leticia

SILVA, Maria Tereza S.

ANTUNES, Peterson Eduardo de O.

FRACARO, Talia

LIMA, Vinícios Moellmann



SUMÁRIO

O trabalho está composto por uma Unidade e apresentará:

A relações entre o direito e a psicologia;
Possibilidades de atuação da Psicologia Jurídica.

PSICOLOGIA JURÍDICA

O Direito e a Psicologia se interligam pela preocupação de ambos com a conduta humana. Na área do Direito, as determinações dependem de decisões judiciais, que causam alterações na vida social dos indivíduos, no seu patrimônio e comportamento. A Psicologia auxilia nas decisões através de laudos, perícias, mediações e consultorias, atuando assim nos diferentes ramos: Direito da Família, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho e outras subdivisões (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 2019).



ÁREA JURÍDICA: DECISÕES JUDICIAIS ALTERAM A VIDA SOCIAL, ECONOMICA E COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS.



ÁREA PSICOLÓGICA: LAUDOS, PERÍCIAS E MEDIAÇÕES.

Fonte: Produzido pelo autor



Área Jurídica: Delimitam condutas através de Leis.



Área Psicológica: Busca entender a singularidade humana.

Fonte: Produzido pelo autor

O ramo do Direito é formado por regras que buscam regular o comportamento humano, delimitando condutas, através das Leis e formas de solucionar conflitos. A Psicologia busca compreender também o comportamento humano, que o Direito regula e delimita, mas ela entende a singularidade, a subjetividade do ser humano, de acordo com cada caso, enquanto o sujeito do Direito é um sujeito consciente, que segue ou não as leis estabelecidas (LAGO; AMATO, et.al, 2009).

Dessa forma, a Psicologia Jurídica nada mais é que a aplicação dos conhecimentos psicológicos aos assuntos relacionados ao Direito.

O QUE É A PSICOLOGIA JURÍDICA?

Segundo o Colégio Oficial de Psicólogos de Madri de 1998, a Psicologia Jurídica é um campo de trabalho e investigação psicológica especializada que tem como objeto de estudo o comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito, da Lei e da Justiça.

Uma intervenção judicial acontece por conta de um conflito humano, que não existiria se o que dita a lei fosse cumprido. O psicólogo jurídico busca entender o que estaria por trás daquele conflito, escutar de cada uma das partes qual é sua participação naquela história. Ao psicólogo cabe recomendar soluções para tais conflitos após compreender as causas do mesmo, mas a decisão final cabe apenas ao juiz (KAPPER DAMASIO, 2009).

A Psicologia Jurídica engloba desde assuntos relacionados à família, à infância e adolescência, mediando conflitos existentes nessas e demais esferas da vida, formulando documentos que vão colaborar com as decisões judiciais.



Fonte: google imagens

REFERÊNCIAS

1. AMBROSIO, G. Psicologia do Testemunho. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 395-407, jul./dez. 2010.
2. Cadernos de Psicologia Jurídica : Psicologia na prática jurídica. [Recursos Eletrônico]. / Associação Brasileira de Psicologia Jurídica. - São Luís: UNICEUMA, 2019. 220 p. - (Cadernos de Psicologia Jurídica ; v.1).
3. KAPPER DAMASIO, Sandra Regina, psicologia Jurídica: Relações com o direito, a moral e a justiça; Revista da Esmesc, v.16, n.22, 2009.
4. LAGO, V.M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia Campinas, 26(4), 483-491, 2009.
5. PARMANHANI, André. Psicologia do testemunho e as lembranças imprecisas,2020. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/psicologia-do-testemunho-e-as-lebrancas-imprecisas/>. Acesso em 23/05/2021



UDC
CENTRO
UNIVERSITÁRIO

CENTRO E VILA A
E FACULDADES UDC MEDIANEIRA-UDC MONJOLO